



OBSERVAÇÃO NO ESTÁGIO DE HISTÓRIA: PRÁXIS, ENSINO E EXPERIÊNCIAS NO COTIDIANO ESCOLAR

Bianca Farini Carvalho da Silva¹

RESUMO

O presente relato de experiência tem como objetivo apresentar uma síntese das atividades desenvolvidas durante a disciplina Didática e Práxis Pedagógica de História I, realizadas no primeiro semestre de 2025. O estágio de observação teve como foco compreender a relação entre o ensino de História, a gestão escolar e o protagonismo discente, analisando o cotidiano escolar a partir de uma perspectiva integrada. A metodologia adotada envolveu a observação participante, entrevistas com discentes e análise documental, com base em referenciais da Didática da História e da gestão democrática, apoiando-se em autores como Bergmann (1990), Lee (2016) e Guedes (2021). Durante o estágio, foram observados aspectos positivos, como a presença de infraestrutura adequada, equipe pedagógica acolhedora e iniciativas voltadas à permanência estudantil. Entretanto, também foram identificados desafios, como a desatualização do Projeto Político-Pedagógico (PPP), a baixa participação dos estudantes nas aulas de História, o uso restrito de recursos didáticos e a predominância de metodologias expositivas pouco conectadas à realidade juvenil. As entrevistas revelaram que os estudantes reconhecem a importância da disciplina, mas desejam práticas mais envolventes e que dialoguem com suas vivências. A observação mostrou que a gestão escolar busca promover uma educação mais inclusiva, mas ainda enfrenta limitações estruturais e metodológicas. Conclui-se que o estágio constituiu uma oportunidade significativa de aproximação com a realidade da escola pública e de reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades do ensino de História, reafirmando a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a escuta, a diversidade e a construção coletiva do conhecimento.

Palavras-chave: Ensino de História, Escola Pública, Gestão Democrática, Juventude.

INTRODUÇÃO

O ensino de História vai muito além da simples transmissão de fatos e eventos, trata-se de construir uma consciência histórica capaz de situar os indivíduos criticamente no presente, compreendendo o tempo, as mudanças e as continuidades sociais. Nesse sentido, Klaus Bergmann (1990) aponta que a Didática da História deve favorecer a formação de uma consciência que una o indivíduo à coletividade, estimule uma práxis social organizada e compreenda o processo histórico como passível de transformação pela ação humana. Peter Lee (2016) complementa essa concepção, destacando que o aprendizado histórico deve reorientar cognitivamente os estudantes, ampliando sua visão de mundo e abrindo possibilidades de ação.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, biancaderay@gmail.com.





Essas perspectivas dialogam diretamente com o Projeto Político-Pedagógico (PPP), que, conforme Neide Cavalcante Guedes (2021), constitui o principal documento direcionador da instituição escolar, responsável por orientar o trabalho desenvolvido em diferentes instâncias, abrangendo dimensões administrativas, pedagógicas e políticas. Assim, a Didática da História, a consciência histórica e o PPP convergem ao indicar que o ensino só adquire sentido quando articulado ao contexto social da escola, às condições institucionais que estruturam o cotidiano educativo e à efetiva participação dos estudantes no processo formativo. É nessa convergência teórico-metodológica que se fundamenta a análise apresentada neste relato de experiência.

Com base nesse referencial, este trabalho analisou a relação entre o ensino de História, a gestão escolar e o protagonismo discente por meio da observação direta, entrevistas com estudantes e verificação do material didático. A investigação buscou compreender como a gestão influencia as decisões pedagógicas, de que forma os professores articulam os conteúdos às experiências dos estudantes e quais espaços são efetivamente disponibilizados para a participação dos discentes. Durante o estudo, foram identificados desafios significativos, como a desatualização do PPP, o baixo engajamento estudantil, a predominância de metodologias expositivas pouco conectadas à realidade juvenil e o uso restrito de recursos didáticos. A relevância da pesquisa se justifica diante das limitações estruturais e metodológicas que ainda marcam a educação básica e impactam diretamente a aprendizagem e a permanência escolar.

Diante desse cenário, o artigo apresenta uma síntese das experiências desenvolvidas na disciplina *Didática e Práxis Pedagógica de História I*, realizada no primeiro semestre de 2025. O estágio de observação buscou compreender, de modo articulado, a relação entre ensino, gestão e protagonismo discente, analisando o cotidiano escolar como espaço de interação, conflito e produção de saberes. Essa abordagem parte da concepção de que a prática docente é indissociável do contexto institucional e social no qual se insere, sendo essencial para o aprimoramento da ação educativa.

O objetivo central desta análise consistiu em examinar como a prática docente e a gestão escolar podem favorecer um ensino de História crítico, participativo e conectado às experiências e interesses dos estudantes. Entre os objetivos específicos, destacam-se: observar as metodologias empregadas em sala de aula; analisar a utilização de recursos didáticos e





tecnológicos; investigar a percepção dos estudantes sobre a disciplina; e identificar fatores institucionais que influenciam o engajamento e a aprendizagem no campo da História.

Metodologicamente, a pesquisa adotou a observação participante, acompanhando o cotidiano das aulas de História em uma escola pública de Salvador, com atenção à organização da sala, interação docente-discente e práticas avaliativas. Foram também realizadas entrevistas com estudantes da 3ª série do Ensino Médio, visando compreender suas perspectivas sobre a relevância e os desafios da disciplina. Além disso, analisou-se o material didático utilizado, considerando conteúdos, abordagem historiográfica e adequação às demandas contemporâneas de ensino.

Os resultados indicam um quadro ambíguo: embora os estudantes reconheçam a importância da disciplina, a participação em sala permanece restrita a um pequeno grupo, refletindo baixa motivação e dispersão generalizada. Observou-se, ainda, que os recursos tecnológicos disponíveis nem sempre são utilizados e que as atividades pedagógicas frequentemente privilegiam métodos expositivos centrados no professor. Por outro lado, verificou-se um esforço da equipe docente em relacionar os conteúdos à vida cotidiana dos alunos e em abordar temáticas de relevância social, incluindo gênero, etnia e trabalho, demonstrando uma busca por um ensino mais engajado, ainda que limitado pelas condições estruturais da escola.

Em síntese, a pesquisa evidencia que o ensino de História pode contribuir significativamente para a formação cidadã, desde que articulado a práticas pedagógicas inovadoras, gestão escolar sensível às demandas institucionais e o estímulo à participação discente. O estudo reafirma a importância de considerar o contexto escolar e as experiências dos alunos na construção do conhecimento histórico, ressaltando que a educação não é um processo passivo, mas uma prática social dinâmica, capaz de transformar perspectivas e ampliar a compreensão de mundo. Ao articular os eixos ensino, gestão e protagonismo discente, reforça-se a necessidade de práticas pedagógicas que ultrapassem o tecnicismo, valorizem o diálogo e promovam a construção coletiva do conhecimento, fortalecendo o papel da História como instrumento de emancipação e cidadania.

METODOLOGIA





A pesquisa foi desenvolvida por meio de observações diretas em sala de aula, totalizando 40 horas, com registro sistemático por meio de anotações de campo e relatórios analíticos. Esse procedimento permitiu acompanhar as práticas pedagógicas de História, identificar as interações entre professores e estudantes e registrar os mecanismos de engajamento e participação discente. O foco das observações esteve na dinâmica do ensino, nas estratégias utilizadas pelo professor e nas formas de mediação do conhecimento junto aos alunos.

Complementarmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 15 estudantes da 3ª série do Ensino Médio, com o intuito de registrar suas percepções sobre as aulas, os conteúdos abordados e a relevância da disciplina para sua formação pessoal e social. O formato semiestruturado foi escolhido por permitir flexibilidade nas respostas, permitindo que os estudantes expressassem suas experiências, dificuldades e expectativas, ao mesmo tempo em que assegurava consistência na coleta de dados.

A análise do material didático constituiu outro eixo metodológico central e foi orientada por um conjunto de questões que buscavam avaliar sua qualidade pedagógica e sua contribuição para o aprendizado histórico. Foram examinados elementos como o uso de imagens e de diferentes linguagens de ensino, verificando sua função na construção de sentidos e no favorecimento da compreensão dos conteúdos. Analisou-se também a organização temática e cronológica, a clareza e acessibilidade dos textos, a presença e diversidade das atividades propostas, bem como sua adequação ao público-alvo. Além disso, considerou-se o potencial do material para contribuir para a formação histórica dos estudantes.

A investigação incluiu ainda a verificação de sugestões de atividades complementares, como leituras, filmes, músicas e outros recursos externos ao livro, avaliando seu potencial para ampliar repertórios e favorecer abordagens interdisciplinares ou multidisciplinares. Por fim, examinou-se a qualidade física da obra, considerando elementos como tipo de papel, impressão, uso de cores e legibilidade, entendendo que esses aspectos materiais também influenciam o uso pedagógico e engajamento discente.

Ademais, o estudo incluiu a análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP), documento que orienta as ações pedagógicas e a gestão escolar. Essa etapa envolveu a verificação de sua atualização, de sua articulação com o planejamento pedagógico e de seu compromisso com



práticas democráticas e com a participação estudantil. O objetivo não foi avaliar a eficácia do documento, mas compreender seu papel como instrumento estruturante do trabalho docente e do processo educativo.

O levantamento das condições de infraestrutura e dos recursos disponíveis completou o percurso metodológico. Foram examinadas as salas de aula, os equipamentos multimídia, a existência de laboratórios, a disponibilidade de bibliografia e o acesso digital, com atenção especial à presença de projetores e outros recursos tecnológicos, que podem apoiar as práticas pedagógicas e favorecer a aprendizagem.

A interpretação dos dados observacionais, das entrevistas e da análise documental foi realizada a partir de referenciais teóricos da Didática da História, que enfatizam a importância de promover a consciência histórica crítica, valorizar a experiência dos estudantes e fomentar o protagonismo discente. Essa abordagem metodológica integrada permitiu analisar, de forma articulada, os fatores que influenciam a prática pedagógica de História, desde os materiais utilizados até a gestão escolar, passando pelas interações em sala de aula e pela participação efetiva dos alunos no processo educativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

No cotidiano escolar, o Projeto Político Pedagógico (PPP) assume um papel central, configurando-se como o principal documento direcionador da instituição. Seu objetivo é orientar o trabalho desenvolvido em todas as instâncias que compõem ou se articulam com a escola, abrangendo dimensões administrativas, pedagógicas e políticas (GUEDES, 2021, p. 2). O PPP organiza o trabalho pedagógico em dois níveis: tanto no que se refere à estrutura geral da escola quanto à dinâmica de sala de aula, sempre em articulação com o contexto social em que a instituição está inserida. Busca-se, assim, preservar uma visão de totalidade, compreendendo a educação como um processo integrado, no qual os conteúdos e práticas pedagógicas dialogam com as demandas da sociedade (VEIGA, 2004, p. 14).

A concepção que sustenta o PPP parte do princípio da autonomia escolar e da capacidade da instituição de construir e afirmar sua própria identidade. Isso implica reconhecer a escola como um espaço de diálogo, debate e reflexão coletiva, fortalecendo sua função social e democrática (VEIGA, 2004, p. 15). Nesse sentido, o PPP não deve se limitar a um registro formal, mas funcionar como um instrumento vivo, capaz de orientar a gestão e a



prática pedagógica de forma contínua e em sintonia com as transformações sociais, políticas e educacionais que impactam o cotidiano escolar.

Além disso, sua relevância se manifesta na consolidação de uma gestão democrática, entendida como prática dialogal e participativa que envolve toda a comunidade educacional na construção de um projeto pedagógico de qualidade. Enquanto princípio da educação nacional, ele visa formar cidadãos ativos e profissionais comprometidos com a sociedade (CURY, 2007, p. 489). A ausência de uma versão atualizada do documento compromete a efetivação dessa perspectiva participativa, dificultando o alinhamento da escola tanto aos desafios contemporâneos da educação brasileira quanto às necessidades locais (GUEDES, 2021, p. 2). Por isso, sua revisão periódica exige debate coletivo, assegurando sua eficácia como instrumento de planejamento e reflexão pedagógica.

As diretrizes expressas no PPP dialogam diretamente com a Didática de História, especialmente com a preocupação em promover uma consciência histórica crítica e socialmente situada. Nessa perspectiva, Bergmann (1990) destaca que o ensino de História deve possibilitar a formação de uma consciência capaz de fortalecer a identidade do indivíduo em relação à coletividade e de fomentar uma práxis social racionalmente organizada. A História é compreendida como um processo no qual conteúdos e qualidade humanas podem ser aprimorados pela ação e intervenção dos agentes históricos (BERGMANN, 1990, p. 31-32). Assim, o ensino de História, orientado pelo PPP, deve equilibrar a dimensão objetiva, relativa aos conteúdos curriculares, e a dimensão subjetiva, vinculada às experiências juvenis, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Entender o ensino da História como objeto da Didática da História significa que ele deve contribuir para a formação histórico-política e também que essa formação deve ser a mais objetiva possível, pensando nos assuntos e, ao mesmo tempo, correspondendo, subjetivamente, a interesses atuais de juventude. (BERGMANN, 1990, p. 36).

Complementando essa análise, Peter Lee (2016) afirma que aprender História constitui uma forma de reorientação cognitiva, na qual os estudantes passam a ver o mundo de maneiras novas e mais complexas, permitindo-lhes ações antes inconcebíveis. Nessa perspectiva, a dicotomia entre “habilidades” e “conteúdos” torna-se secundária, pois o foco recai sobre como a compreensão histórica amplia o conhecimento do passado e transforma a visão de mundo dos alunos (LEE, 2016, p. 116). O ensino de História deve, portanto, superar



a simples transmissão de informações, promovendo aprendizagens que transformem modos de pensar e agir.

Segundo Lee (2016, p. 139-140), a História ocupa lugar central na educação porque desenvolve a consciência histórica dos alunos, localizando-os no mundo e incentivando-os a refletir sobre as relações temporais que condicionam suas ações presentes e futuras. A educação histórica não deve apenas confirmar formas de pensar já existentes, mas ampliar o repertório conceitual dos estudantes, permitindo-lhes experimentar modos diversos de abordar o passado, incluindo a si mesmos como sujeitos históricos. A História, assim, atua como tradição metacognitiva cuja prática escolar precisa ser respeitada e cuidadosamente desenvolvida, possibilitando aos alunos uma compreensão crítica das normas, tradições e disposições sociais e políticas.

As mudanças nas demandas, funções e finalidades do ensino de História podem ser compreendidas à luz do conceito de consciência histórica, entendido aqui como uma ferramenta de análise (CERRI, 2017, p. 19). Ao refletir sobre a História e seu ensino, promove-se uma reflexão didática que situa o ensino escolar em sua dimensão concreta, vinculada à vida social que o sustenta e aos múltiplos espaços de produção de sentidos históricos, sejam eles acadêmicos ou não. Nesse sentido, Luis Fernando Cerri destaca que:

O conceito de consciência histórica dá formalidade e consistência à ideia, constituída nesses diversos processos de mudança, de que o conhecimento histórico ultrapassa a academia e constitui-se desde diversas formas, conteúdos, funções e focos de enunciação. Assim, o conhecimento histórico escolar não pode ser apenas o conhecimento acadêmico resumido ou simplificado para o público infante-juvenil, mas um daqueles focos sociais nos quais a história é produzida em formas, conteúdos e funções próprios ao seu contexto (CERRI, 2017, p. 19).

Ao incorporar essa perspectiva, evidencia-se que o Projeto Político Pedagógico e o ensino de História estão intrinsecamente articulados à formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel e capazes de interagir de maneira reflexiva com seu contexto histórico. O PPP atua como instrumento orientador e dinâmico, articulando gestão, prática pedagógica e participação coletiva, enquanto a Didática de História e o conceito de consciência histórica ampliam a compreensão sobre o papel da educação histórica, superando a transmissão de conteúdos para promover aprendizagens transformadoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das observações em sala de aula, associada às entrevistas com os estudantes e à avaliação do material didático, evidenciou tanto potencialidades quanto desafios no





cotidiano escolar. Durante as 40 horas de acompanhamento, constatou-se que a escola dispõe de uma infraestrutura adequada, com salas de aula amplas e ventiladas, equipadas com carteiras em bom estado e projetores multimídia, favorecendo o uso de recursos tecnológicos nas práticas pedagógicas. A instituição também conta com quadra esportiva, sala de informática, sala Google, sala de artes, refeitório amplo e laboratórios funcionais, oferecendo condições propícias para diversas atividades pedagógicas e extracurriculares.

No que se refere à acessibilidade, a unidade apresenta boas condições, destacando-se a presença de um elevador, utilizado tanto por docentes quanto por estudantes com restrições de mobilidade. Cada aluno tem acesso a um Chromebook, que pode ser utilizado para a realização das atividades escolares. Além disso, a escola oferece merenda variada e de boa qualidade, assegurando o direito à alimentação no ambiente educacional e contribuindo para a permanência estudantil. Esses recursos, entretanto, nem sempre são explorados de maneira sistemática, o que limita seu potencial pedagógico. Assim, a estrutura física da escola impacta não apenas o desempenho cognitivo e motor, mas também a socialização e a ampliação de interesses socioeducativos (FERMIN, 2024, p. 1-2).

Vale inferir que a instituição também investe em políticas públicas de combate à evasão e em programas de permanência, como o Pé-de-Meia e o Bolsa Permanência, que têm como objetivo estimular a frequência escolar. Soma-se a isso a atuação de um psicólogo da unidade, que acompanha estudantes em situação de vulnerabilidade emocional ou com questões pessoais que possam comprometer seu rendimento.

Quanto às práticas pedagógicas, observou-se a predominância de aulas expositivas centradas no professor, com uso limitado dos recursos audiovisuais disponíveis nas salas. Também não foram identificadas atividades complementares, como leituras adicionais, filmes ou músicas. Tal cenário evidencia uma distância entre o potencial tecnológico da escola e sua aplicação no ensino cotidiano. Apesar disso, os docentes demonstram esforço em relacionar os conteúdos às experiências dos alunos, especialmente ao abordar temas como gênero, etnia e trabalho por meio de projetos escolares. A literatura da Didática da História destaca a relevância dessa aproximação, por favorecer uma consciência histórica crítica (BERGMANN, 1990; LEE, 2016).

Repensar as metodologias adotadas, buscando compreender como os alunos apreendem os conteúdos, mostra-se essencial. Estratégias que incentivam participação ativa e reflexão





sobre o papel social do estudante tornam o ensino mais dinâmico, contextualizado e conectado às demandas contemporâneas (PEREIRA; SILVA, 2002, p. 1-2). Nessa perspectiva, a educação ultrapassa a transmissão de conteúdos e torna-se um espaço de formação cidadã, capaz de desenvolver competências cognitivas, sociais e críticas nos estudantes.

Ademais, as entrevistas realizadas com 15 estudantes da 3ª série do Ensino Médio mostraram que, embora eles reconhecem a importância da disciplina para compreender a sociedade e sua própria realidade, há baixo engajamento em sala, dispersão e uso frequente de celulares durante atividades tradicionais. Ao serem questionados sobre a relevância da História, os alunos expressaram diferentes perspectivas: enquanto alguns valorizam a diversidade de conteúdos e a contextualização histórica para sua formação pessoal e profissional, outros apontam a disciplina como menos central para suas futuras carreiras.

Todos, no entanto, reconhecem a utilidade prática do conhecimento histórico, seja para compreender o passado, refletir sobre o presente ou relacionar-se com áreas de interesse pessoal. Quanto às melhorias nas aulas, sugeriram maior uso de recursos tecnológicos, metodologias mais dinâmicas e narrativas envolventes que aproximem os conteúdos de suas experiências cotidianas. As respostas reforçam a necessidade de práticas que valorizem o protagonismo discente e articulem conteúdos escolares aos interesses juvenis, ampliando a visão de mundo dos estudantes, corroborando a perspectiva de Bergmann (1990) e Lee (2016) sobre a importância de um ensino que articule conteúdos e interesses juvenis, promovendo uma reorientação cognitiva e ampliação da visão de mundo dos alunos.

A análise do material didático utilizado na escola, o livro *Olhares da História: Brasil e Mundo* (VICENTINO; VICENTINO, 2016), evidenciou aspectos positivos, como boa organização temática e cronológica, apelo visual com imagens, mapas, infográficos e atividades dissertativas que estimulam análise de fontes, interpretação e argumentação. Além disso, oferece seções de leituras complementares, interdisciplinaridade e conexões com questões sociais, como gênero, classe e etnia.

No entanto, constatou-se lacunas na abordagem das culturas afro-brasileira, africana e indígena, bem como um viés eurocêntrico, superficialidade na abordagem de conflitos internacionais, como no caso da Palestina, e tratamento reduzido de temáticas contemporâneas e sociais, incluindo políticas afirmativas e direitos sociais. Observou-se



também que, devido à falta de exemplares físicos, os estudantes acessam o livro digitalmente de forma limitada, e a obra raramente é utilizada em sala de aula. Além disso, o livro reflete condicionantes do mercado editorial e políticas do PNLD, priorizando aprovação técnica e comercial em detrimento de uma abordagem crítica e diversificada (CAVALCANTI, 2016, p. 272).

No que diz respeito ao Projeto Político-Pedagógico, observou-se que, embora a gestão escolar busque implementar práticas democráticas e participativas, o documento encontra-se desatualizado, o que compromete a articulação entre planejamento pedagógico, metodologia e engajamento discente. Conforme Guedes (2021), o PPP deve funcionar como instrumento dinâmico, capaz de orientar o trabalho docente e estimular a participação coletiva, favorecendo a construção de um ambiente escolar inclusivo e reflexivo.

Em resumo, os resultados revelam um cenário complexo: enquanto a infraestrutura, o corpo docente e as políticas de permanência favorecem práticas de qualidade, desafios como baixo engajamento discente, predominância de metodologias tradicionais, uso insuficiente de recursos tecnológicos e limitações do PPP ainda comprometem o processo formativo. A integração entre gestão escolar, Didática da História e protagonismo discente emerge como um caminho fundamental para consolidar aprendizagens significativas, consciência histórica crítica e formação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência permitiu analisar de forma integrada o ensino de História, a gestão escolar e o protagonismo discente, considerando tanto a infraestrutura, os recursos disponíveis e o material didático, quanto às práticas pedagógicas e a percepção dos estudantes. A pesquisa evidenciou aspectos positivos, como a presença de um corpo docente acolhedor, iniciativas voltadas à permanência estudantil e esforços em relacionar conteúdos à realidade dos alunos. Ao mesmo tempo, foram identificados desafios importantes: metodologias expositivas centradas no professor, baixo engajamento discente, uso limitado de recursos tecnológicos, lacunas no material didático e desatualização do Projeto Político-Pedagógico (PPP). A fundamentação teórica, apoiada na Didática da História e nos conceitos de consciência histórica e gestão democrática, reforça a necessidade de práticas pedagógicas que integrem conteúdos, experiências juvenis e participação coletiva, promovendo aprendizagens significativas e reflexão crítica.





Diante desses resultados, conclui-se que o ensino de História pode contribuir de maneira relevante para a formação cidadã, desde que articulado a estratégias pedagógicas inovadoras, gestão escolar sensível às demandas institucionais e estímulo à participação estudantil. O estudo evidencia a importância de valorizar o protagonismo discente, ampliar o uso de recursos didáticos e tecnológicos, e garantir uma constante atualização do PPP, de modo a consolidar práticas educativas inclusivas e contextualizadas. Ademais, abre-se espaço para novas pesquisas que aprofundem a compreensão sobre a efetividade de metodologias ativas, interdisciplinaridade e conexão entre o ensino de História e a vida social dos estudantes, fortalecendo o papel da disciplina como instrumento de emancipação e cidadania.

REFERÊNCIAS

BERGMANN, Klaus. *A história na reflexão didática*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, n. 19. Setembro de 1989, Janeiro, 1990.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. *Livro didático: produção, possibilidades e desafios para o ensino de História*. Revista História Hoje, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 262–284, jul./dez. 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *A gestão democrática na escola e o direito à educação*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 23, n. 3, 2007.

CERRI, Luís Fernando. *Um lugar na história para a didática da história*. História & Ensino, Londrina, v. 23, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2017.

FERMIN, Maria da Conceição Corrêa. *Infraestrutura Escolar no Processo de Ensino-Aprendizagem*. RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v. 1, n. 1, p. 1–5, jan./jul. 2024.

GUEDES, Neide Cavalcante. *A importância do Projeto Político-Pedagógico no processo de democratização da escola*. Ensino em Perspectivas, v. 2, n. 2, p. 1–15, 2021.

LEE, Peter. *Literacia histórica e história transformativa*. Educ. rev., Curitiba, n. 60, p. 107-146, June 2016.

PEREIRA, R. de L.; SILVA, A. G. *Crítica a metodologia tradicional expositiva*. Anais I, 2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Educação básica: projeto político-pedagógico; educação superior: projeto político-pedagógico*. Campinas: Papirus, 2004.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, Bruno. *Olhares da história: Brasil e mundo*. São Paulo: Scipione, v. 3, 2016.

